



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000177-68.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Leandro Tassi de Paula Silva**
 Requerido: **Marcio Candolo de Faria Rosa e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de veículos ocorrido no estacionamento da UNICEP.

Sustenta o autor que na ocasião saía com sua motocicleta do local e teve sua trajetória interceptada pelo automóvel conduzido pelo réu, de propriedade da ré, no momento em que esse deixava a vaga em que se encontrava estacionado sem a devida cautela.

Já os réus imputam a responsabilidade pelo evento ao autor porque, dirigindo a motocicleta em velocidade incompatível com o lugar, bateu contra a traseira do automóvel após o mesmo realizar manobra saindo da vaga em que estava e iniciar a movimentação para a frente.

O estacionamento em que se deram os fatos é mostrado nas fotografias de fls. 39/41.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A testemunha Luiz Carlos Martinez, arrolada pelo autor, esclareceu que estava distante cerca de cinquenta metros de onde sucedeu o embate e que ouviu o barulho a seu propósito.

Não forneceu detalhes sobre como ele se deu, mas viu a motocicleta caída e o automóvel já parado, assinalando que o mesmo mantinha o alinhamento da vaga da qual saía com pequena derivação para lograr seguir em frente.

Acrescentou ter ouvido o réu afirmar que o autor poderia levar a motocicleta para reparo que depois acertaria tudo.

De outra banda, a testemunha Ricardo Dias Fidélis Olegário, indicada pelos réus, declarou que viu o acidente provocado pelo abalroamento da motocicleta do autor contra a traseira do automóvel da ré.

Realçou que o automóvel chegou a andar para a frente antes de ser atingido, a par de reconhecer a existência de outros veículos estacionados entre onde estava e onde se encontrava o automóvel da ré.

Tales Borges Fabbri, por fim, igualmente arrolado pelos réus, observou que estava no interior do automóvel da ré e que o réu o retirou da vaga em que permanecia estacionado, esterçando um pouco ato contínuo.

Deixou claro que esse automóvel estava em vias de ir para a frente, mas foi colhido quando permanecia parado.

O quadro delineado não me permite estabelecer convicção sobre a real dinâmica dos acontecimentos, bem como definir com precisão a culpa pelo embate.

Milita a favor do autor o depoimento da testemunha Luiz Carlos, especialmente no que concerne ao réu ter dito que poderia levar a motocicleta a reparo porque depois acertaria tudo.

Tal comportamento em princípio somente se concebe à luz da admissão de responsabilidade, pois do contrário ele não se admitiria.

Em contrapartida, as testemunhas arroladas pelos réus prestaram depoimentos que em linhas gerais prestigiam sua versão, a despeito das dúvidas de que Ricardo teria realmente visto detalhadamente o acidente pela presença de outros veículos entre ele e o da ré e de Tales afirmar que o automóvel estava parado no momento em que foi batido, em confronto com a explicação extraída da peça de resistência no particular.

As discrepâncias apontadas, como assinalado, não viabilizam a certeza plena da dinâmica verificada que levasse à responsabilidade de qualquer dos envolvidos, especialmente à míngua de algo que tornasse possível que uma explicação preponderasse sobre a outra.

Ademais, a própria conformação do estacionamento (fls. 39/41) não rende ensejo ao afastamento da perspectiva de culpa concorrente entre os condutores.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Entendo, bem por isso, que a solução mais compatível com o panorama traçado reside na rejeição tanto da postulação vestibular quando do pedido contraposto.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** a ação e o pedido contraposto formulado pelos réus, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**